

1

CRÍTICA À METAFÍSICA

1.1

Lógica e projeto tractatiano

“Ich habe die Welt zu beurteilen, die Dinge zu messen.”
Ludwig Wittgenstein, em *Notebooks 14-16*

O estatuto peculiar da lógica no sistema do *Tractatus* e, sobretudo, nos cadernos de sua preparação, os *Notebooks 14-16*, corroboram a intuição de uma relação especial entre mundo e linguagem. Com efeito, há uma série de observações nestas obras que concernem à natureza fundamental da lógica, e na base disso, a conexão da lógica com uma essência formal comum do mundo e da linguagem. A compreensão da natureza da lógica torna-se simples consequência da compreensão adequada do funcionamento afigurador da linguagem e é por esta razão que, no *Tractatus*, as discussões sobre temas lógicos cedem naturalmente lugar a um exame das proposições da linguagem significativa. Ou mais detidamente, sobre as condições que toda a linguagem tem de obedecer para poder ser chamada de linguagem. Tais condições são enumeradas sistematicamente pela teoria tractatiana do simbolismo. “Que as proposições da lógica sejam tautologias, isso mostra as propriedades formais - lógicas – da linguagem, do mundo¹”. Ou na versão dos *Notebooks* desta passagem: “Logical so-called propositions show the logical properties of language and therefore of the Universe, but say nothing².”

De mais a mais, Wittgenstein sugere o caminho da investigação deste apelo metafísico da lógica, por exemplo, quando afirma que seu trabalho “has extend from the foundations of logic to the nature of nature³”. Ou em *Notes dictated to GE Moore in Norway* em 1914: “thus a language which **can express everything** mirrors certain properties of the world by these properties which it must have, and logical so called propositions show in a systematic way these properties⁴.”

A determinação da relação profunda entre mundo e linguagem é sugerida também como uma espécie de projeto geral apresentado nos *Notebooks* nas observações

¹ 6.12.

² *Id.* *Notebooks 14-16*. p.108e.

³ *Id.* *Ib.* p. 79e.

⁴ *Id.* *Ib.* p.108e. Grifo meu. No *Tractatus*, Wittgenstein assume que a lógica não é uma teoria, mas uma imagem especular do mundo, afirmando que é transcendental. *Cf.* 6.13.

do dia 22.1.15, onde afirma que: “My whole task consists in explaining the nature of the proposition. That is to say, in giving the nature of all facts, whose picture the proposition is. In giving the nature of all being.”

Esta espécie de programa anunciado nos *Notebooks* é levada a cabo no *Tractatus* para resolver definitivamente as questões filosóficas. Dissolvemos as questões metafísicas quando notamos que sua pretensão excede qualitativamente o limite do sentido, quando assumimos que a essência da linguagem revela _ mas não diz _ a essência do mundo. Este projeto da extensão legítima dos resultados lingüísticos para um âmbito ontológico é anunciado explicitamente no texto do *Tractatus* quando afirma em 5.4711 que: “Especificar a essência da proposição significa especificar a essência de toda a descrição e, portanto, a essência de do mundo”. Tal passagem é particularmente importante para a interpretação do *Tractatus* desta dissertação, porque dá a medida da sua possibilidade real de contribuição, pois cumprirá seu objeto somente se o conteúdo desta passagem for devidamente esclarecido.

Temos nesta passagem do *Tractatus* três implicações: primeira, da essência da proposição tenho a essência da descrição; segunda, da essência da descrição tenho a essência do mundo; e terceira, e mais importante, por transitividade, tenho que da essência da proposição, ou de toda figuração, tenho a essência do mundo.

A primeira implicação, da essência da proposição seguir-se a essência de toda descrição, parece ser trivialmente legítima, se assumirmos que toda representação já tem embutida em si um caráter proposicional, o que parece sugerir o *Tractatus*. Se uma proposição é uma representação e se toda representação é uma proposição, ou seja, uma figuração lógica da realidade, então, se temos a essência da proposição temos a essência de toda representação.

Ora, por que a essência da proposição na medida em que nos revela a natureza última de toda e qualquer figuração da realidade nos revela a essência da própria realidade figurada, como nos afirmam as implicações seguintes? Ora, a princípio, a natureza da linguagem tomada fundamentalmente como descritiva não precisaria me revelar a natureza do mundo. Qual é o pressuposto ou tese implícita que sustenta a terceira implicação desta passagem? O que há de comum entre linguagem e mundo que permite Wittgenstein afirmar que dado a essência de uma tenho a essência de outra? Aqui se evidencia a necessidade de um conceito-ponte para viabilizar a transitividade desta terceira implicação na importante passagem 5.4711.

A representação proposicional, segundo Wittgenstein, é possível, fundamentalmente, porque tanto o mundo quanto a linguagem compartilham uma mesma “forma lógica”, isto é, compartilham um conjunto de possibilidades de estruturação de seus elementos últimos⁵. Encontro aqui reformulada, no contexto da teoria tractatiana do simbolismo, a questão acerca da qual tratávamos no início da introdução: a legalidade irrestrita da lógica revela uma espécie de comunhão entre a realidade e o pensamento.

Wittgenstein pensa a lógica no *Tractatus* como composta por casos limites de figuratividade, tautologias, proposições bem formadas, mas que nada representam por aceitarem todos os fatos do mundo, sem restrições, como condição de verdade, ou seja, por serem irrestritamente verdadeiras. É justamente porque nada dizem que as proposições da lógica não podem, por princípio, serem desmentidas por nenhum fato. A figuratividade tractatiana tem como base a tese que ficou conhecida pela tradição anglófona de seus intérpretes como isomorfismo. Esta mostra que, em última instância, a condição suficiente para a proposicionalidade é uma identidade formal ou sintática entre os objetos do mundo e os nomes da linguagem que os nomeiam, no nível nuclear da figuração. Assim, Wittgenstein afirma que figuramos fatos porque os componentes do mundo e da linguagem compartilham de uma mesma rede sintática de possibilidades de articulação, de um mesmo espaço lógico.

O ponto de crítica de Wittgenstein à Filosofia é o de que o discurso metafísico falha em denotação quando analisado, ou seja, pelo menos algum objeto deixa de ser designado por algum nome na análise de uma proposição filosófica⁶. Para que haja figuração, nomes da linguagem e objetos do mundo devem obedecer, como se estabelecerá neste trabalho, uma função 1-1 que preserve, por assim dizer, o horizonte modal combinatório de cada elemento de um domínio no outro. As proposições da filosofia são ilegítimas porque não cumprem esta condição de biunivocidade do isomorfismo. Ferindo, assim, a bipolaridade apregoada como o norte da teoria pictórica.

A Filosofia é constituída por conceitos formais que não tem valor cognitivo ou conteúdo semântico. É justamente a radicalização de uma concepção específica de linguagem que permite Wittgenstein dar o seu diagnóstico negativo à filosofia enquanto discurso que falha em denotação. Como Frege, Wittgenstein assume que a linguagem se institui como um meio universal e, por conseguinte, sua esfera semântica, onde, por

⁵ 2.161-2.18.

⁶ Cf. 6.53.

exemplo, há a atribuição de significados, interpretações, valores de verdade e relação com elementos extralingüísticos, é inefável. Como afirma Hintikka:

“Não podemos observar a nossa linguagem como se estivéssemos fora dela e descrevê-la como fazemos com outros objetos passíveis de especificações, alusões, descrições, discussões ou sobre os quais se podem formular teorias. O motivo deste impedimento consiste em que só é possível usar a linguagem para falar sobre algo quando podemos nos apoiar numa interpretação definida e estabelecida numa rede estável de significados reinantes entre a linguagem e o mundo. Consequentemente, não pode haver nem propósito nem sentido em dizer na linguagem o que essas relações são, pois qualquer tentativa de fazê-lo implica de antemão em sua existência. Assim, o ponto principal dessa visão da linguagem como o meio universal assenta-se na tese da inefabilidade da semântica, pois é precisamente a semântica que lida com as relações da linguagem e a realidade⁷”.

1.2

Metafísica como falha referencial

“O filósofo não é um artista da razão, mas um legislador.”

Immanuel Kant, em *Lógica*

Wittgenstein afirma no prefácio de sua primeira obra que esta versa sobre os problemas filosóficos em geral e assume que se a essência da nossa linguagem fosse adequadamente entendida estes problemas não chegariam a ser levantados. Em última análise, não seriam levantados porque não existiriam. Sob o espírito tractatiano, só respondemos às perguntas que fazem sentido, dentre as quais não se incluem as dúvidas céticas ou as perguntas filosóficas. Como bem o diz Russell na sua introdução ao *Tractatus*, Wittgenstein vê a filosofia essencialmente como má gramática⁸. Nessa medida, a metafísica clássica tem suas pretensões solapadas em bloco por Wittgenstein como consequência de uma crítica da linguagem. Supõe-se que a linguagem tem uma essência, uma lógica, que é mau entendida, o que por seu turno, explica a formulação ilegítima de discursos, como as confusões e os contra-sensos dos quais a filosofia está repleta⁹.

⁷ HINTIKKA. *Investigação sobre Wittgenstein*. p. 20. Ou ainda na página 31: “Um filósofo defensor da linguagem como o meio universal acredita, de modo característico, numa série fixa universal de relações de sentido entre a linguagem e o mundo. Esse sistema não pode variar nem ser discutido na linguagem”. É esta relação formal fixa que desempenha o papel de condição suficiente para expressividade.

⁸ “Toda proposição filosófica é má gramática, e o que de melhor podemos esperar de uma discussão filosófica é levar as pessoas a perceberem que a discussão é um equívoco”. RUSSELL. *Introdução ao Tractatus*. p. 116.

⁹ Cf. 3.323 e 3.324.

A filosofia tradicional, a qual assumo aqui a título de definição geral como a formulação sistemática de teses positivas sobre essências, é para Wittgenstein, por assim dizer, um grande mau entendido lingüístico que será resolvido _ ou de maneira mais tractatiana, dissolvido¹⁰ _ pela adequada compreensão do funcionamento das proposições legítimas elucidado pelas passagens do *Tractatus*¹¹.

O livro pretende, assim, traçar os limites do discurso assertivo através das condições de possibilidades de uma representação (*Darstellung*) ou figuração (*Bild*) em geral e, mais especificamente, da proposição. O *Tractatus* visa através de uma investigação lógica da linguagem traçar os limites para o discurso assertivo. Grosso modo, tem por objetivo determinar o que se pode dizer com sentido e o que não pode se dizer com sentido. Este limite de expressividade é traçado por dentro da própria linguagem e o que ultrapassa qualitativamente este limite está, por princípio, além de toda e qualquer possibilidade discursiva e, portanto, inviabilizado. O que faz da tentativa de sua expressão uma atividade confusa, desencaminhadora, inócua, e muitas vezes perniciosa, por produzir contra-sensos.

O valor da obra, segundo o seu prefácio, consiste na clareza de seu pensamento no que tange a resolução definitiva e intocável, “no essencial”, dos problemas da filosofia e em mostrar, num segundo plano, que resolver estes problemas não têm importância. Wittgenstein assume que soluciona os problemas da filosofia não pela resposta a cada um em específico, mas por mostrar que a própria pretensão de resposta neste domínio é desencaminhadora, em última instância, porque a pergunta não faz sentido. “Pois só pode existir dúvida onde exista uma pergunta; uma pergunta, só onde exista uma resposta; e esta só onde algo *possa ser dito*¹².”

A pretensão da resolução dos problemas em bloco é evidenciada pelo uso do “no essencial”, no último parágrafo do seu prefácio, como que restringindo e, então, especificando o alcance e o tipo de solução proposta. Não se trata de se solucionar localizadamente as questões filosóficas, como por exemplo, as questões em estética ou ética, de teoria do conhecimento ou de metafísica, mas em dissolvê-las conjuntamente

¹⁰ “Uma certa questão é resolvida não através de um resposta mas pelo desaparecimento da questão. A questão se revela como ilegítima porque o tipo de resposta que poderia satisfazê-la viola as regras que governam a enunciação de proposições significativas”. MARQUES, José Oscar. *Espaço e tempo no Tractatus*. p.6.

¹¹ “Philosophy produces no doctrines, constructs no theories, attains no knowledge. It is an activity of logical clarification. It eliminates misunderstandings, resolves unclarities, and dissolves philosophical problems that arise out of ordinary empirical propositions”. HACKER. *Insight and Illusion*. p. 24.

¹² 6.51.

pela estratégia geral de se mostrar que toda e qualquer formulação de discurso filosófico guarda a característica de ultrapassar os limites da discursividade e, portanto, é *Unsinn*. Como afirma Hacker: “the *Tractatus* was an attempt to lay bare the underlying logical structure of any possible language, and showing that philosophical questions are strictly nonsensical¹³”.

No discurso metafísico, próprio da filosofia tradicional, pretende-se dizer, ou seja, construir um discurso sistemático com pretensões de verdade, onde só, em princípio, se poderia mostrar, ou seja, exibir pela análise completa das proposições empíricas. Articula, portanto, características mutuamente excludentes. A metafísica se constrói em proposições ilegítimas porque pretendem dizer algo com sentido e necessário. A teoria pictórica tractatiana, a qual elenca as condições necessárias para a proposicionalidade, inviabiliza esta pretensão, porque mostra, em última instância, que significatividade e necessidade são conceitos contraditórios num contexto figurativo. Sobretudo, porque proposições são tomadas como *Bilder*¹⁴, cujo sentido se dá pela contingência do que está sendo afirmado. Para Wittgenstein, não há figurações a priori verdadeiras, portanto se veta, por princípio, a existência de proposições verdadeiras *a priori*. Portanto, temos que a proposicionalidade se confunde com a contingencialidade. Como consequência da bipolaridade proposicional, todos os fatos assumidos pelas proposições para torná-las verdadeiras, em princípio, poderiam não acontecer. Ou seja, assim como as proposições têm de poder ser verdadeiras ou poder ser falsas, estados de coisas representáveis no mundo têm de poder ser atuais ou poder não se atualizar, ou seja, devem ser contingentes. Como observa Baker, a bipolaridade frustrou o projeto de construção de qualquer proposição que estabeleça a natureza essencial de qualquer coisa¹⁵.

A radicalidade de sua visão está em boa parte em tomar a linguagem como essencialmente figurativa e, portanto, obedecendo aos mecanismos necessários de qualquer tipo de representação prescritos pela teoria do simbolismo. Além disso, em certa medida, também em tomar a linguagem sempre em um sentido absoluto, não em suas vicissitudes e contingencialidades, mas como um corpo único e fixo de símbolos

¹³ HACKER. *Insight and Illusion*. p. 2

¹⁴ Apesar da tradução do alemão *Bild* para a portuguesa *figuração* ser a mais conveniente, a palavra em português guarda implícito um sentido de sofisticação e especificidade que a alemã não tem. Chamam-se *Bilder* imagens, figuras, ilustrações, estampas, quadros, pinturas, telas, fotos, retratos, entre outros. Nota-se que o escopo semântico da palavra alemã usada por Wittgenstein é muito mais amplo e corriqueiro que a nossa *figuração*. Em português, chamar uma imagem de figuração soaria artificial e, dependendo da circunstância, pernóstico.

¹⁵ BAKER. *Wittgenstein, Frege and the Vienna Circle*. p. 83.

simples sintática e semanticamente determinados por estarem por objetos simples e eternos. Se o que institui uma linguagem como tal não são as propriedades arbitrárias dos sinais, mas a estrutura lógica que institui os sinais como símbolos, e se essa estrutura é a única estrutura do mundo, então há uma única linguagem, logicamente discernível sob diferentes roupagens exteriores, materiais ou mentais. Como afirma Wittgenstein:

“O homem possui a capacidade de construir linguagens com as quais se pode exprimir todo sentido, sem fazer idéia de como e do que cada palavra significa – como também falamos sem saber como se produzem os sons particulares. A linguagem corrente é parte do organismo humano, e não menos complicada que ele. É humanamente impossível extrair dela, de modo imediato, a lógica da linguagem. A linguagem é um traje que disfarça o pensamento. E, na verdade, de um modo tal que não se pode inferir, da forma exterior do traje, a forma do pensamento trajado; isso porque a forma exterior do traje foi constituída segundo fins inteiramente diferentes de tornar reconhecível a forma do corpo. Os acordos tácitos que permitem o entendimento da linguagem corrente são enormemente complicados¹⁶.”

Neste sentido, toda e qualquer formulação lingüística de qualquer espécie se for significativa, só o é, porque espelha, em última análise, esta linguagem única. Segundo Wittgenstein, toda a linguagem quando analisada tem uma mesma forma.

A linguagem, em princípio, nesta concepção, é constituída fundamentalmente por uma espécie de vocabulário de palavras _ ou nomes _ conjugado a regras de formação e produção de sentenças compostas vero-funcionalmente por sentenças mais simples. Isto permitiria, em última instância, o jogo lingüístico de transmissão e compreensão de sentidos por sentenças.

Nota-se que a teoria do simbolismo que respalda a visão tractatiana de proposição está contida num projeto filosófico que engloba uma extensão do programa crítico kantiano¹⁷. Saímos do domínio do conhecimento legítimo para entrarmos no domínio mais geral da significatividade. Ao invés de investigarmos os limites da razão, ao determinar pela própria razão o que pode ser conhecido legitimamente _ a saber, os eventos da experiência possível _ e o que não pode ser conhecido _ a saber, o que ultrapassa este domínio _ temos no *Tractatus*, em linhas gerais, uma investigação, pela

¹⁶ 4.002.

¹⁷ “Wittgenstein was in essential respects a Kantian philosopher, his anti-Kantianism meant only that he _ like others Kantians _ transformed the system of Kant and thus created a Kantianism of a peculiar kind”. STENIUS. *Wittgenstein's Tractatus*. p. 214. E ainda: “Sua filosofia era uma crítica da linguagem, muito parecida _ em alcance e propósito _ com a crítica do pensamento realizada por Kant. Assim como Kant, Wittgenstein admitia que os filósofos freqüentemente e não deliberadamente ultrapassam os limites, caindo num tipo de disparate especioso que, parecendo expressar pensamentos genuínos, em verdade não o faz.”. PEARS. *Idéias de Wittgenstein*. p. 14.

linguagem, dos limites do próprio pensamento, o qual possui uma estrutura proposicional, segundo Wittgenstein, e, portanto, obedece as condições objetivas de significatividade.

Para Kant, tudo aquilo cuja natureza for tal que não possa satisfazer as precondições de conhecimento estará fora da esfera do que pode ser experimentado e, portanto, conhecido. Para Wittgenstein, tudo aquilo cuja natureza for tal que não satisfaça as precondições de sentido estará fora da esfera do que pode ser dito com sentido e, portanto, pensado. O *Tractatus* trata de uma tentativa de determinação dos limites daquilo que pode ser pensado através da delimitação do que pode ser dito por meio da linguagem, o domínio dos fatos possíveis. O próprio desenvolvimento do programa crítico por Kant já carrega em si, de maneira original, um privilégio às questões da linguagem, o que justifica, em parte, a apropriação wittgensteiniana. Como afirmam Janik e Toulmin:

“A ênfase de Kant sobre o papel das ‘formas de julgamento’ na atribuição de uma ‘estrutura’ ao conhecimento contestou implicitamente o papel subsidiário até então conferido à linguagem e à gramática. De acordo com a explicação de Kant, as formas lógicas ou lingüísticas de julgamento também eram as formas de qualquer ‘experiência’ genuína. O conhecimento envolve não apenas a interpretação conceptual de impressões (ou inputs) sensoriais informes e pré-conceptuais. As nossas próprias experiências sensoriais apresentam-se-nos com uma estrutura epistêmica; essa estrutura só pode ser caracterizada em termos das formas de julgamento, e essas formas só podem expressar-se em termos das formas regulares de gramática lógica. Assim, em vez de iniciarmos nossa análise filosófica do conhecimento com as impressões sensoriais não processadas _ como fizeram os empiristas _, devemos agora tratar os dados básicos da experiência como incluindo ‘representações’ sensoriais estruturadas, ou *Vorstellungen*. As formas comuns de linguagem e pensamento foram inseridas desde muito cedo em nossa experiência sensorial, ou representações; e os limites ou fronteiras da ‘razão’ seriam, pois, implicitamente os limites ou fronteiras da representação e da linguagem¹⁸.”

O domínio da investigação transcendental das condições de possibilidade é deslocado do âmbito epistemológico para um plano lingüístico, mas o próprio programa crítico da investigação dos limites de legitimidade de um domínio dado é mantido.

Traçado o limite de toda expressividade, o resultado é que o discurso filosófico está de maneira permanente para além deste limite. A filosofia é então inviabilizada enquanto teoria, ou seja, enquanto uma elaboração sistemática de doutrinas positivas. Entretanto, “o que o *Tractatus* nos recomenda não pode ser um estado de inconsciência filosófica, mas uma disciplina pela qual, embora cômicos de que há dimensões da experiência humana que transcendem os limites da factualidade, refreamo-nos de tratar

¹⁸ JANIK & TOULMIN. *A Viena de Wittgenstein*. p. 134.

discursivamente essas dimensões, de tentar expressá-las em proposições da linguagem; ou seja, de fazer filosofia¹⁹”. Restando ao filósofo disciplinadamente se negar a formulação positiva de filosofia e se restringir a atividade de esclarecimento lógico das proposições legítimas. O sentido ético do *Tractatus* revelado ao fim deste, em sua última passagem, denuncia certa imoralidade no filosofar tradicional. O papel do filósofo seria, então, negativo, por assim dizer, seria o de alertar outras pessoas enfeitadas pelos mal entendidos da linguagem na filosofia para a aleivosidade da falta de sentido das teses metafísicas, a maneira de um professor que censura um aluno que negligencia as lições de gramática e comete erros de sintaxe ou prosódia.

As teses metafísicas são contra-sensuais porque têm por objetivo dizer coisas com sentido e necessárias e executa esta pretensão canhestramente pela formulação de pseudo-proposições que falham em referência. São compostas por proposições que quando analisadas apresentam sinais que nada denotam na realidade. Como afirma Hacker, “nonsensical pseudo-propositions violate the rules of logical syntax²⁰”.

Assim como a negação proposicional²¹, a falha referencial funciona como uma estratégia para a verificação de sentido de uma proposição analisada. Assim afirma, Wittgenstein na passagem 6.53, que este seria própria e rigorosamente o único método correto em filosofia: mostrar ao pretense metafísico que seu discurso não faz sentido, mostrando-lhe que em seu discurso deixou de conferir significado a alguns sinais de suas proposições. O método que teria como objetivo apontar o erro, de ordem lógica como pretende o prefácio do *Tractatus*, cometido por alguém que pretendesse dizer algo metafísico, é um erro de falta de significado de pelo menos um de seus sinais, que compromete o isomorfismo entre a proposição e o fato que a tornaria verdadeira e, por conseqüência, inviabiliza o seu sentido. A filosofia legítima possível é vista como uma atividade de dissolução da metafísica, a qual por muito tempo foi vista como a disciplina definitiva da própria filosofia. Logo, paradoxalmente, a filosofia é, segundo Wittgenstein, uma atividade de dissolução da filosofia.

A falha referencial compromete uma das notas características necessárias da isomorfia, a relação 1-1 entre a linguagem e o mundo²². A filosofia tradicional é

¹⁹ MARQUES, José Oscar. *Forma e Representação no Tractatus de Wittgenstein*. p. 208.

²⁰ HACKER. *Insight and Illusion*. p. 18.

²¹ Segundo a bipolaridade essencial do discurso significativo, a negação de uma proposição significativa, seja ela falsa ou verdadeira, tem de ser significativa também. Se tiver sentido pode ser negado. Pela contrapositiva, se não pode ser negado não tem sentido.

²² O isomorfismo será estudado mais detidamente na segunda parte da dissertação, onde a análise da relação 1-1 no núcleo da figuração sob a luz da Teoria dos Conjuntos tem seu lugar de direito.

composta por conceitos formais ou sinais não-denotativos que não tem valor cognitivo ou conteúdo semântico. Assim, a tarefa legítima da filosofia, segundo Wittgenstein, é a análise completa da linguagem que evidencia a estrutura lógica do mundo, não pela investigação direta da essência deste como pretendia a tradição clássica, mas pela análise das proposições empíricas. A análise de nossas proposições bipolares que representam fatos contingentes é o caminho que revela a essência do mundo e da linguagem. A contingencialidade é o caminho que revela a necessidade. Pelo que Wittgenstein chama de aplicação da lógica, a forma essencial do mundo espelhada pela linguagem se revela. A aplicação da lógica é o caminho que devassa este anteparo de contingencialidade, esta proteção frugal do eterno, revelando-o. O eterno se mostra pela égide do contingente.

1.3

Determinação do sentido proposicional

“Eu tenho por timbre contar as coisas como as coisas são.”

Machado de Assis, em *Escritos Avulsos*

Por que um conjunto de rabiscos ou marcas numa folha em branco pode “dizer algo”, ou seja, ter um conteúdo proposicional? Por que sons emitidos por uma pessoa podem expressar algo objetivo que pode ser compreendido por muitos? O que estes sinais podem ter em comum para que possam descrever coisas e não sejam meramente rabiscos e ruídos, mas símbolos? O que nos autoriza pensá-los como parte de um sistema simbólico abstrato e não apenas como mais uma marca no mundo físico? A resposta está justamente na instauração de uma relação simbólica ou de representação entre eles e coisas diferentes deles. Atribuir sentido a sons pronunciados ou a riscos sobre o papel é atribuir a eles uma função de remetimento a alguma coisa que não lhes é idêntica. Assim, rabiscos e ruídos devem estar por outras coisas para poderem ser tomados como símbolos, devem ser entendidos como substituindo, estando “no lugar por” estas coisas que simbolizam²³. Como afirma Edgar Marques, “parece claro que

²³ O inglês guarda uma boa expressão que, caso tomado ao pé da letra, dá a medida do que se toma intuitivamente por representação ou significação: *to stand for*. Dizemos *x stands for y*, quando queremos dizer que *x* representa ou significa *y*, porque o substitui, está por ele. Wittgenstein utiliza-se na passagem 2.131 do verbo alemão *vertreten* que guarda a saudável ambigüidade de representar e substituir também em um sentido político. Seu uso pode denotar uma relação política de representação, como por exemplo: Um político quando eleito representa, substitui, está pelos seus eleitores nos desígnios do poder executivo.

sinais gráficos e sons expressam ou constituem uma proposição unicamente na medida em que, por meio deles, podemos tomar consciência de algo deles distinto²⁴.” Cabe perguntar, então, do que uma teoria do simbolismo trataria. Grosso modo, responder-se-ia que de condições para que algo seja tomado como se remetendo _ abstratamente _ a outra coisa. Trataria da coordenação de algo a outro, de maneira que aquele esteja para este, por exemplo, sempre que vemos o primeiro nos remetemos abstratamente ao segundo. A uma teoria do simbolismo cabe descrever como e por que esse processo de remetimento abstrato se dá.

Símbolos proposicionais são complexos abstratos dentro de um grande sistema simbólico. Alguns sinais são símbolos proposicionais quando tem um sentido que pode vir a ser entendido “por muitos”, quando carregam, por assim dizer, uma mensagem, que de maneira intersubjetiva, afirma algo sobre o mundo. No entanto, caso tomemos a representação como uma cópia do representado, teremos a dificuldade de identificar erroneamente os predicados ‘ter um sentido’ e ‘ser verdadeira’, i.e., restringindo sentido às proposições verdadeiras, afastando as falsas de um contexto significativo. O sentido de uma proposição deve ser independente do seu valor de verdade, ou seja, devemos poder entendê-la antes de sabermos se são verdadeiras ou falsas. Assim, as proposições representam não porque são cópias de fatos do mundo, mas porque funcionam, caso entendidas, como modelos projetivos complexos de situações possíveis. Para que uma proposição tenha sentido e a significatividade do falso seja assegurada, ela deve, segundo o *Tractatus*, demarcar um fato possível que a faça verdadeira.

Entretanto, na linguagem cotidiana não há nenhuma estrutura que possa ser tomada como elementar e nenhum signo lingüístico simples, os quais usamos para nos referir aos objetos. Nada na superfície da linguagem pode passar pelas proposições elementares ou pelos nomes do *Tractatus*²⁵. Todos os nomes que usamos têm alguma dimensão ainda descritiva e toda sentença envolve o sentido de outras. Em razão disso, não há exemplo possível retirável de nosso cotidiano lingüístico. A ausência de exemplos não se constitui em um problema para Wittgenstein, porque ele postula a existência de tais símbolos _ mesmo que não entremos em contato direto com eles _ para que nossa linguagem cotidiana, assim como qualquer linguagem funcione. Não precisamos tê-los conscientes em nosso dia a dia de falantes competentes da linguagem corrente para enunciarmos e entendermos sentenças, assim como não precisamos, para

²⁴ MARQUES, Edgar. *Wittgenstein e o Tractatus*. p.18.

²⁵ Cf. 4.23.

podermos falar, saber os mecanismos utilizados pelo organismo para imitirmos sons²⁶. Uma proposição elementar ou um nome tractatianos são postulados teóricos para que o pleno funcionamento figurativo da linguagem seja garantido.

A proposição, segundo o *Tractatus*, restringe a realidade, pela sua bipolaridade essencial, a duas vias exaustivas e excludentes: a um sim ou não²⁷. Logo, não pode haver um sentido vago ou indeterminado. Pensar algo é pensar algo com sentido determinado, dizer algo é dizer algo com sentido determinado. Um sentido indeterminado, segundo Wittgenstein, não é de forma alguma um sentido, porque toda proposição é composta por proposições elementares cujos elementos devem substituir nelas os objetos que compõem o estado de coisas representado. Estes elementos lingüísticos simples devem estar coordenados de maneira que uma articulação possa representar uma articulação possível de coisas figuradas²⁸.

Este é o porquê de sermos capazes de entender novos sentidos de proposições que nunca antes tenhamos entrado em contato²⁹. Se soubermos a referência de seus nomes constituintes; a maneira que eles podem vir a se articular; e que esta articulação deve respeitar uma mesma possibilidade de articulação dos elementos nomeados, temos que: entendemos novos sentidos ao pensar uma nova atualização de articulações possíveis de nomes de referência fixa.

Para tanto, como assumido, deve haver, ao menos, uma espécie de comunhão formal ou comunidade sintática entre os elementos da figuração e as coisas afiguradas. Como afirma Edgar Marques:

“Para que uma figuração possa efetivamente projetar um modelo de como objetos do mundo estarão ligados caso seja verdadeira, é necessário que ela tenha em comum com a realidade a forma, isto é, é necessário que o conjunto dos modos possíveis de conexão entre os elementos da figuração corresponda ao conjunto dos modos possíveis de ligação dos objetos da realidade³⁰.”

Segue-se que nomes que compõem a proposição e a própria proposição devem ter que simbolizar de maneira diferente. Nomes estão por objetos, os substituem. Ao passo que proposições não estão por fatos, mas projetam um fato possível cuja

²⁶ Cf. 4.002.

²⁷ Cf. 4.023.

²⁸ Cf. 4.02 – 4.027.

²⁹ “The essential characteristic of language is its capability of expressing facts, and this involves the capability of expressing **new** facts, or indeed **any** facts.” WAISSMANN. *The Principles of Linguistic Philosophy*. p. 305. Grifos meus.

³⁰ MARQUES, Edgar. *Wittgenstein e o Tractatus*. p. 22.

atualização a torna verdadeira. Fatos não são nomeados, mas descritos por proposições, e objetos não são descritos, mas denotados por nomes. Portanto, podemos concluir que proposições possuem sentido e, por conseguinte, valores de verdade, enquanto nomes não³¹.

A idéia do *Tractatus* é a de que as proposições ou são elementares ou podem ser analisadas até chegarmos às proposições elementares das quais elas são compostas. As condições de verdade das proposições complexas seriam funções das condições de verdade das proposições elementares³². Estas descrevem porque seus nomes denotam e estes nomes não podem ficar sem referência em função de não poderem apontar para algo que não exista ou algo que não está lá. Aqui, temos um critério para legitimidade proposicional. Por exemplo, as proposições da Filosofia, como vimos, são ilegítimas porque, em última instância, quando devidamente analisadas falham em denotação e ferem a biunivocidade da isomorfia, condição última de sentido.

As proposições tractatianas são como retratos lógicos³³ dos fatos que representam, são situações montadas para teste, e esta encenação garante-lhes sentido. “Pode-se dizer sem rodeios: esta proposição representa tal e tal situação – ao invés de: esta proposição tem tal e tal sentido³⁴”. O sentido de complexos da linguagem deve, segundo Wittgenstein, se reduzir ao significado dos termos simples que o constituem. Ou seja, sentenças complexas devem poder, em tese, serem analisadas em termos de sentenças mais simples, até que se chegue a proposições elementares, que não podem ser mais decompostas, porque compostas pelo encadeamento dos nomes que a compõem³⁵.

Assim, o conteúdo semântico da proposição complexa é determinado, verofuncionalmente, por suas partes constituintes. As proposições elementares são estas partes constituintes, que por sua vez são constituídas somente de nomes. De mais a mais, estes nomes são atribuídos ou designados a objetos simples indescritíveis, porque indecomponíveis³⁶, que, por sua vez, estão concatenados em estados de coisas, estes em

³¹ Na próxima seção da dissertação discutiremos esta questão de maneira mais detalhada.

³² Cf. 5.

³³ WITTGENSTEIN. *Notebooks 14-16*. Anotação do dia 21.9.14.

³⁴ 4.031. Ou ainda no *Notebooks*, em anotações do dia 29.9.14: “In the proposition a world is as they were put together experimentally.” Ou mesmo, em anotações do dia 27.3.15: “The proposition is a measure of the world.”

³⁵ 2.0201. “Todo enunciado sobre complexos pode-se decompor em um enunciado sobre as partes constituintes desses complexos e nas proposições que os descrevem completamente”.

³⁶ 2.021. “Os objetos constituem a substância do mundo. Por isso não podem ser compostos”.

fatos, e fatos compõem o mundo³⁷. A razão da indivisibilidade dos objetos simples tractatianos os quais compõem os estados de coisas não é física, mas semântica. O significado dos nomes é simples no sentido de que as proposições compostas por eles não precisam mais ser desmembradas, seja em outras proposições, definições, ou seja, em outros significados. Se os sinais simples designassem algo que pudesse ser ainda desmembrado, então as proposições elementares não poderiam se constituir como o ponto final da análise e teriam seu sentido indeterminado³⁸. Como afirma Wittgenstein, “o postulado da possibilidade dos sinais simples é o postulado do caráter determinado do sentido”. Em suma, o *Tractatus* demanda objetos simples para assegurar que o produto proposicional da análise, ou seja, as proposições elementares não fiquem sem um sentido determinado. Assim, para que as proposições elementares tenham valor de verdade. “Tudo que se exige para que o sentido proposicional esteja determinado é que o sentido das partes constituintes da proposição esteja determinado³⁹.”

1.4

Proposições e nomes

“(…) Chama-se metamorfose, toda a gente sabe de que se trata, disse condescendente o aprendiz de filósofo. Aí está uma palavra que soa bem, cheia de promessas e certezas, dizem metamorfose e seguem adiante, parece que não vêes que as palavras são rótulos que se pegam as coisas, não são as coisas, nunca saberás como são as coisas, nem sequer que nomes são na realidade os seus, porque os nomes que lhes deste, não são mais do que isso, os nomes que lhes destes: qual de nós dois é o filósofo?”

José Saramago, em *As Intermitências da Morte*

Desde os *Notebooks* de 1914-16, os escritos anteriores ao *Tractatus*, Wittgenstein já via a necessidade da distinção precisa entre nomes e proposições para o adequado esclarecimento do seu papel numa teoria a respeito da expressibilidade do discurso assertivo⁴⁰. Nomes e proposições são símbolos, ou seja, membros de um sistema lingüístico de remetimento a elementos extra-lingüísticos, mas devem ser símbolos que possuem funções distintas. Wittgenstein, no *Tractatus*, lança mão de uma imagem para que entendamos melhor a distinção entre estes dois símbolos: nomes são

³⁷ Uma discussão mais detalhada a respeito da relação entre nomes e proposições, bem como a relação entre estados de coisas e fatos se encontra na seção seguinte desta dissertação.

³⁸ Anotação do dia 18.6.15 dos *Notebooks*. Cf. 2.0211 e 3.23.

³⁹ CUTER. *A Teoria da Figuração e a Teoria dos Tipos*. p. 30.

⁴⁰ Cf. Anotações do dia 3.10.14.

como pontos e proposições são como flechas⁴¹. Uma proposição elementar é dotada de um sentido determinado porque é composta por sinais simples que designam coisas num estado de coisas.

Um sinal tem conteúdo proposicional se for um complexo que pode ser analisado em termos de complexos elementares, cujas partes são projetadas ou apontam, segundo a imagem da flecha, para o seu sentido, i.e., para o complexo de coisas que a tornará verdadeira. Porque, “na proposição, uma situação é como que montada para teste.⁴²”.

Proposições têm sentido, descrevem um fato, e, portanto, exibem suas condições de verdade quando as entendemos. Quando a entendemos podemos identificar o fato que a torna verdadeira. Ao passo que os nomes numa proposição totalmente analisada correspondem aos objetos de um estado de coisas. Logo, há, num contexto figurativo, uma relação binária no simbolizar de um nome, diferentemente da proposição, entre o domínio lingüístico e domínio ontológico: nomear é nomear algo. Deste modo, em princípio, a pergunta “o que o nome simboliza?” faz sentido. Como observa Dos Santos: quando aplicado a um domínio de nomes, o verbo nomear é um verbo transitivo direto. Nome é um símbolo que está por algo⁴³.

A representação da proposição é instituída por meio de nomes, sem ela mesma funcionar como um nome. A proposição é um símbolo constituído por símbolos articulados⁴⁴ que têm função distinta dela. Proposições descrevem, não nomeiam. O símbolo proposicional não pode funcionar a maneira de um nomear, ou seja, a maneira de uma relação binária de simbolização entre a linguagem e o mundo. Proposições não podem estar por fatos do mundo, sob pena de se inviabilizar a plena significatividade do discurso falso. Aprendemos coisas através de uma proposição falsa⁴⁵. Proposições falsas têm conteúdo significativo. Por isso, o sentido da proposição não pode ser a denotação de um complexo, mas a exibição da situação que a satisfaça para torná-la verdadeira.

Proposições têm sentido porque podem ser verdadeiras ou falsas quando comparadas ao mundo, tem condições de verdade, o que um nome não tem. Num nível elementar, não faz sentido se falar em um nome falso do mesmo modo que se pode falar de uma proposição falsa. Um nome que não simboliza nada não é sequer um nome, uma

⁴¹ Cf. 3.144.

⁴² 4.0311.

⁴³ DOS SANTOS. *Essência da Proposição e Essência do Mundo*. p. 21.

⁴⁴ Cf. 3.141

⁴⁵ Cf. 4.023.

proposição legítima que não simboliza nada é apenas falsa. Platão, segundo trabalhos de Dos Santos⁴⁶, identifica, assim, em seus a razão do paradoxo do falso, cuja autoria é atribuída a Parmênides, a saber: a confusão dos modos distintos de simbolização de proposições e seus constituintes. Parmênides postulava que todo o discurso com sentido deveria ser verdadeiro, colapsando, assim, a noção de “ter sentido” com a de “ser verdadeiro”. Fundamentalmente, em função de tomar um caso de simbolismo específico, como o de uma relação binária na nomeação, como exemplar para toda e qualquer simbolização. O paradoxo do falso surge a partir de uma generalização indevida, segundo Dos Santos. Aparentemente, se aceitarmos as teses de Parmênides, as condições de significatividade de um discurso qualquer bastam para excluir, por princípio, a possibilidade de sua falsidade.

“Para o nome Sócrates, por exemplo, significar é simbolizar algo, manter com uma outra coisa uma certa relação. Para um enunciado, significar é articular, de uma entre duas maneiras, a afirmativa e a negativa, nomes de duas coisas e, dessa maneira, apresentar como real uma entre duas relações mutuamente exclusivas entre as coisas nomeadas. (...) Portanto, que o enunciado mantenha com alguma coisa uma relação de simbolização é o que o define como verdadeiro, mas absolutamente não é o que o define como significativo⁴⁷”.

Fazer uma asserção, explica Dos Santos, utilizando-se de uma imagem platônica, é correlato ao lançar uma flecha. O fato da flecha eventualmente errar o alvo não invalida o atirar a flecha. Quando se lança uma flecha, esta por princípio, pode acertar ou não o alvo, sem terceira alternativa. Quando enunciamos algo, assumimos um dos dois pólos possíveis do sentido. Pólos exaustivos e excludentes mirados pelos enunciados. Se a proposição não for verdadeira, ou a flecha lançada não atingir seu alvo, ela não deixará de ser uma proposição, ainda que seja falsa. Apenas será uma flecha lançada que não atingiu o seu alvo.

Nem todos os símbolos são constituídos por relações binárias, como a de nomeação. O sentido de uma proposição deve anteceder sua verdade, para que o discurso falso tenha, por assim dizer, plena cidadania ontológica. Como vimos, postular que proposições podem ser analisadas vero-funcionalmente em termos de proposições elementares compostas por sinais simples ou primitivos_ *i.e.* nomes _ é postular que todo sentido proposicional é determinado. Por ser constituída por nomes que

⁴⁶ *Harmonia essencial e Essência da Proposição e Essência do Mundo*. Referências completas no fim da dissertação.

⁴⁷ DOS SANTOS. *Harmonia essencial*. p. 442.

simbolizam diferentemente dela, a proposição, como afirma Dos Santos, “é um símbolo que não precisa simbolizar nada para instituir-se como símbolo, uma representação que não precisa representar nada para instituir-se como representação⁴⁸”.

A relação binária de simbolização encontrada na nomeação, não se aplica ao caso do símbolo-proposição. Neste, segundo Dos Santos, o verbo simbolizar não é transitivo direto, mas intransitivo.

“Se insistirmos em chamar a proposição de símbolo, devemos abandonar a idéia, que o argumento de Parmênides pretende impingir como um truísmo, de que todo símbolo é símbolo de alguma coisa, de que tudo que significa, significa alguma coisa. Se insistirmos em dizer que a proposição simboliza e representa, devemos entender os verbos “simbolizar” e “representar”, nesse contexto, numa acepção intransitiva⁴⁹”.

Assim, para proposições, a pergunta acerca do que elas simbolizam não deve fazer sentido, porque se inflacionaria desnecessariamente a parcimônia ontológica do *Tractatus* pela alusão de fatos negativos ou meramente possíveis como complexos designados por proposições falsas. Por conseguinte, proposições verdadeiras estariam por fatos positivos e proposições falsas estariam por fatos negativos ou somente possíveis e não atualizados, caso se faça a exigência da transitividade irrestrita do verbo simbolizar que Parmênides via como uma espécie de truísmo. A exigência de que os símbolos simbolizem como um nome simboliza o que nomeia não pode ser adotada como chave exegética para o *Tractatus*. Em consequência, cairíamos na embaraçosa conclusão de que fatos negativos compõem o mundo⁵⁰ e são fatos que não são o caso, fatos que não existem, fatos que não são fatos. O que, em princípio, apareceu no *Tractatus* como uma introdução de terminologia apenas, seria parte _ controversa _ integrante da totalidade da realidade. Fatos negativos comporiam a totalidade positiva do mundo.

Uma leitura perspicua da passagem 4.022 do *Tractatus* à luz desta discussão a respeito da maneira distinta de simbolizar entre nomes e proposições parece resolver esta necessidade de deflacionamento ontológico. Mostra-se, assim, a desnecessidade da

⁴⁸ *Id. Essência da Proposição e Essência do Mundo*. p. 20-1.

⁴⁹ *Id. Ib.* p. 21.

⁵⁰ Em flagrante contradição com a noção positiva de mundo assumida nas primeiras passagens do *Tractatus*. Cf. 1-1.11. Aqui há evidentemente uma dificuldade adicional, segundo o professor Dos Santos, dizer que o mundo são fatos e que o mundo são todos os fatos é diferente. Esta diferença está numa espécie de cláusula adicional de fechamento na segunda composição. Aqui entraria então o “papel desempenhado” pelos fatos negativos já evidenciado na proposição seguinte 1.12. “Tudo que não é o caso”. Há uma tensão, que não pretendo esclarecer neste trabalho, entre limitar um complexo sem fazer parte dele. Assim, fatos negativos limitam o mundo, ou o que é o caso, sem fazer parte dele.

exegese do texto de Wittgenstein em que se faça menção a fatos negativos ou a fatos possíveis como referentes ontológicos de proposições falsas. Segundo José Oscar Marques:

“A proposição mostra seu sentido, e a proposição mostra como as coisas estão se ela for verdadeira, isto é, suas condições de verdade. Ao mostrar isso, a proposição não está mostrando um ‘algo’ (uma situação ou um modo de estar das coisas, seja real ou meramente possível). O que ela mostra tem um caráter mais abstrato: ela mostra a resposta à questão “qual situação a torna verdadeira?” ou, o que dá no mesmo, “o que diz esta proposição?”. Sabemos o sentido da proposição quando sabemos a resposta a estas questões, e podemos sabê-lo diretamente a partir da proposição mesma, pois ela nos exhibe essa resposta em sua estrutura. No caso particular da proposição elementar, o que ela mostra (isto é, o seu sentido) não é uma conexão possível de objetos, mas sim *qual* conexão de objetos a torna verdadeira (obviamente, uma conexão atual, pois uma conexão apenas possível não pode tornar verdadeira uma proposição). E isso ela mostra independentemente de ser verdadeira ou falsa, ou seja, de haver ou não uma conexão que lhe corresponda. Que não haja uma conexão que não a corresponda não a priva de sentido, mas simplesmente a torna falsa, já que seu sentido não é, nem consiste em uma conexão, mas em ser capaz de exhibir a resposta à pergunta sobre suas condições de verdade⁵¹.”

A longa citação se justifica porque este trecho é o que identifiquei como cerne do argumento de José Oscar Marques pelo qual estabelece sua réplica e crítica à leitura da passagem 4.022 do *Tractatus* feita por Edgar Marques. José Oscar Marques escreve seu artigo “A ontologia do *Tractatus* e o Problema dos *Sachverhalte* Não-Subsistentes”⁵² como resposta ao que chama de leitura equivocada da passagem 4.022 do *Tractatus*. Tal interpretação resulta na demanda da interpretação dos *Sachverhalte* como estados de coisas possíveis, ao passo que os *Tatsache* seriam estados de coisas atuais, para se dar conta da plena significatividade do discurso falso. Neste ponto, toma Edgar Marques como representante dos intérpretes que assumem esta distinção entre os *Sachverhalte* e os *Tatsache* no *Tractatus*. O que vai de encontro da tese da distinção por complexidade entre *Tatsache* e *Sachverhalte* preconizada pelo próprio Wittgenstein em esclarecimentos posteriores a Russell⁵³.

Edgar Marques realmente se assume como representante e defensor da interpretação de uma distinção modal entre estes dois conceitos. Seu texto tem como objetivo “refletir acerca das posições defendidas por Stenius (...) tentando, portanto, mostrar que a distinção *Tatsache-Sachverhalt* não pode ser compreendida em termos de

⁵¹ MARQUES, José Oscar. *A ontologia do Tractatus e o Problema dos Sachverhalte Não-Subsistentes*. p. 61-2.

⁵² Referência completa no fim da dissertação.

⁵³ Cf. MARQUES, Edgar. *Sobre a distinção entre Tatsache e Sachverhalte no Tractatus Logico-philosophicus de Ludwig Wittgenstein*. p. 54.

uma relação de complexidade, sob pena de inviabilização do projeto do *Tractatus*; somente sendo possível que se compreenda como articulada a partir de uma diferença entre o possível e o atual⁵⁴”.

Quando tomamos a parte ontológica do *Tractatus* como resultado das demandas lingüísticas para a formulação do discurso assertivo legítimo, vemos que podemos resolver eventuais problemas exegéticos nesta parte por meio de um esclarecimento ou visão perspicua da teoria assumida como premissa para as formulações ontológicas da obra. Ou em outras palavras, de maneira mais direta, porque justificamos a ontologia do *Tractatus* pela sua teoria pictórica, podemos usar esta última para esclarecer a primeira. As questões da ontologia devem ser decididas com base na Teoria Geral da Figuração que a respalda. Esta é a razão pela qual os dois artigos, apesar de serem a respeito da ontologia tractatiana, se concentrem em sua teoria pictórica, a qual toma proposições como retratos lógicos de fatos. Assim, é por meio da passagem 4.022 do *Tractatus*, a qual trata do importante tema do sentido das proposições elementares, que José Oscar Marques pretende esclarecer o porquê do que acredita ser o erro de leitura da distinção entre os conceitos *Tatsache-Sachverhalt* da ontologia tractatiana baseado na modalidade e não na complexidade.

A demanda da interpretação de uma diferença modal entre fatos e estados de coisas surge a partir da identificação do sentido da proposição à situação por ela representada. É somente sob essa hipótese que *Sachverhalte* não subsistentes, meramente possíveis, podem aparecer como correlatos indispensáveis para dotar de sentido proposições elementares falsas. Como se evidencia na seguinte passagem do artigo de Edgar Marques: “O sentido da proposição elementar é, portanto, a conexão de objetos por ela descrita⁵⁵”. Esta forma de se pensar a proposição a torna um símbolo a maneira de um nome, interpretação que está vedada por Wittgenstein desde os *Notebooks*⁵⁶.

Segundo 4.022, proposições mostram seu sentido e não o dizem. Proposições não funcionam como nomes, são compostas por nomes que não podem falhar em denotação para que seu sentido seja determinado. Seu sentido são as condições que devem ser satisfeitas pela conformação dos objetos nomeados no mundo para que seja

⁵⁴ *Id. Ib.* p. 55.

⁵⁵ *Id. Ib.* p. 58.

⁵⁶ Como se evidencia nos trabalhos já citados de Dos Santos.

verdadeira. É como que ao entendermos uma proposição aprendemos qual fato do mundo, em princípio, devemos procurar e achar para torná-la verdadeira.

“A inexistência do complexo não afeta o sentido da proposição, pois a referência ao complexo, enquanto entidade singular, pode ser eliminada por meio da análise, sendo substituída pelas referências aos componentes que estão combinados no complexo. Evidentemente, que uma proposição tenha um sentido determinado passa a depender, agora, do sucesso das referências a esses últimos componentes. Em consequência, a análise deve prosseguir até que toda a descrição tenha sido finalmente eliminada da representação, chegando-se a proposições compostas apenas de signos simples não passíveis de análise (nomes), que designam entidades intrinsecamente simples (objetos). Nesse estágio, tendo-se banido da relação de referência toda a complexidade, banuiu-se também toda contingência, e não há mais a possibilidade algum dos elementos da proposição estar designando uma entidade inexistente na situação⁵⁷”.

Jamais falamos do inexistente, pois todas as proposições significativas são funções de verdade de proposições elementares e estas não contêm nenhuma referência a coisas que não existem. As proposições apontam, a maneira de uma flecha, para a conformação de estados de coisas que a torna verdadeira através da denotação de seus nomes. É o tocar dos nomes no mundo, a relação afiguradora dos nomes, ou a maneira que os nomes simbolizam que assegura a simbolização peculiar das proposições. Assim, assegura-se a descritibilidade total do mundo por meio das proposições verdadeiras: a maneira que os nomes numa proposição elementar estão articulados mostra a maneira que as coisas por eles nomeadas devem estar para que a proposição seja verdadeira. Se assim não estiverem articulados, a proposição nada descreve, mas não perde o seu sentido, apenas sendo falsa. Afinal, proposições segundo a teoria pictórica são como retratos lógicos da realidade, nomes são como alfinetes que marcam os objetos e seu *rank* lógico nos estados de coisas retratados pelas proposições⁵⁸.

As proposições elementares constituem-se de uma estrutura completamente articulada de sinais simples. A natureza dessa articulação, sua forma lógica, só poderá ser identificada com base no significado desses sinais, isto é, com base nas relações projetivas que correlacionam os nomes com os objetos que definem as suas possibilidades sintáticas de articulação. Esta identidade sintática entre nomes e objetos simples se respalda numa noção de isomorfismo, a qual será estudada a seguir.

⁵⁷ MARQUES, José Oscar. *Forma e Representação no Tractatus de Wittgenstein*. p.140.

⁵⁸ Cf. Anotação do dia 31.5.15 dos *Notebooks*.